

1 ABR 1986

Ou vai ou racha

A "Debt Crisis" reclama removeiros poderosos e não apenas neutralizadores ardilosos.

Tese sustentada pelo ministro Dilson Funaro no interior do centro de decisão do FMI, o Comitê Interino — Ministro brasileiro já respondendo, oficialmente, pela representação oficial da América Latina, em bloco. A recente queda das taxas de juros nos dois lados do Atlântico Norte não vai resolver os impasses encavalados do serviço não mais transportável da dívida externa do Terceiro Mundo: o bloco devedor está em estado de coma e o lado credor não tira os pés do tubo de plasma (cobrança do principal) e do tubo de oxigênio (remessa dos juros) já quase descolados das artérias e das narinas do paciente em reflexo.

O Ministro não disse, mas pensou alto: uma "libor" abaixo de 7% apenas interrompe a contagem regressiva da "Debt Bomb" instalada no ventre do sistema financeiro internacional. Ou apenas protela as forças já desencadeadas de um autêntico calote universal.

Esse desastre, até juros em contrário, está programado para 1988.

Claro, juros abaixo de 7% ao ano, depois de expedições por patamarés nunca dantes navegados, ali pelo limiar do fim do mundo, com "prime" de 21% há pouco mais de quatro anos, não deixa de ser um alívio. Mas um alívio do tipo "bode russo". A violenta sangria de 1980/84 desestabilizou e empobreceu todos os devedores do mundo, sem distinção, com Delfim ou sem Delfim.

Uma compensação realmente justa para os estragos cometidos pelo lado credor nas costas do lado devedor estaria, agora, na adoção de um programa de emergência, ancorado no tripé:

1) Rebaixamento dos juros para uma taxa fixa de 4 a 5% informada por uma inflação quase zero na projeção dos três maiores campeões da acumulação universal — Estados Unidos, Japão e Alemanha Ocidental;

2) Recondicionamento do serviço da dívida, com pelo menos três anos de carência na remessa dos juros e do principal;

3) Espichamento dos prazos de amortização e reatamento dos empréstimos voluntários dos bancos, com a suspensão do "feriado bancário" prolongado, decretado no "setembro negro" de 1983.

Essa proposta terceiro mundista, assim arredondada, não alinhavou o discurso do ministro Dilson Funaro (falando pela América Latina) no Comitê Interino do FMI nem deve ter balanceado o seu encontro de ontem, em Nova Iorque (já em nome do Brasil), com os banqueiros do risco verde-amarelo de US \$ 102 bilhões.

A verdade é que o ministro Dilson Funaro viajou para a Toca da Onça sem

qualquer projeto na pasta. Ele simplesmente partiu para o cumprimento de um compromisso de calendário, um tanto quanto aliviado pelo sucesso inicial do plano cruzado, deflação de março falando para Pernambuco, para o Brasil e para o mundo. Uai, diria Tancredo. Eleito porta-voz da América Latina, o Ministro não perdeu a viagem e rasgou o verbo na plenária de quarta-feira:

"Em vez de administrar a crise, o que precisamos é sair dela".

Na cauda desse cometa halleyiano, o discurso latino-americano de Funaro encaixou uma luz própria do Brasil:

"Os mecanismos montados para a neutralização dos impactos da crise (da explosão dos juros e do "feriado bancário") estão esgotados e não podem resolver os problemas básicos. Ao contrário, tais mecanismos resultam, dolorosamente, em "remédios" inapropriados que só fazem por prejudicar ou invalidar o esforço de ajustamento (externo) dos países endividados. Exemplo disso é a exigência ritual (vale grifar o adjetivo ritual) de um acordo prévio com o FMI para uma renegociação da dívida com o Clube de Paris, quer o devedor tenha ou não necessidade de tal acordo".

Parênteses da coluna: Clube de Paris é o bloco dos Governos (e não dos bancos privados) credores. E o FMI é um fórum de decisão de governos e não de bancos. Acontece que o Brasil deve 8,7% ao Clube de Paris e 91% 3% aos bancos privados.

Cuba de Castro, bem ao contrário, deve 12,6% aos bancos privados (europeus e japoneses) e 87,4% ao Clube de Paris (sem os Estados Unidos, claro).

Uma pitada de cartilha: o ministro Dilson Funaro, vulgo Brasil, acaba de ser eleito pelo Comitê Interino como "presidente" da América Latina junto ao FMI. Ou como porta-voz do terço contábil do Terceiro Mundo, vulgo Grupo dos 24: oito titulares da América Latina, oito titulares da África e oito titulares da Ásia. O presidente do Grupo dos 24; desde terça-feira, é o ministro da Fazenda (ou das Finanças) da Etiópia — do gênero "marxismo selvagem", segundo o impermeável Le Monde.

Reatando o fio da meada: Funaro disse ao Comitê Interino do FMI, quarta-feira, em Washington, que o Grupo dos 24 (Terceiro Mundo) não é visto nem ouvido pelo clube dos dez (que decide pelo Primeiro Mundo).

Essa Torre de Babel, medida em bilhões de dólares, deve ser sepultada, ainda este ano, pelas areias do deserto da iniquidade capitalista.

Afinal, o bloco devedor nada tem a perder no crash que se aproxima — o crash de 89, mil vezes pior que o crash de 29: